

LÍNGUA PORTUGUESA

Há salvação para o ensino público

1 O resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), disponível desde
2 ontem na página do Ministério da Educação na internet, evidencia o grau de
3 degradação a que chegou a educação pública no país. Das mil escolas com piores
4 notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais. Por outro lado, entre as mil
5 melhores, figuram apenas 36 instituições estaduais de ensino. Forçoso lembrar que
6 85% dos estudantes de nível médio estão matriculados em colégios estaduais.
7 Portanto, de posse desses números tão pífios quanto chocantes, os governantes
8 deveriam agir sem demora, concedendo total prioridade à educação, a fim de evitar
9 que mais uma geração de brasileiros se perca nos limites da iliteracia.

10 Embora tenha conseguido vencer o desafio da universalização no acesso ao
11 ensino fundamental, no fim dos anos 90, o Brasil continua atrasado em relação à
12 qualidade oferecida pela rede pública no ensino médio. Já se tornou tristemente
13 comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos
14 mais complexos ou mesmo fazer as quatro operações aritméticas. Num mundo cada
15 vez mais marcado pelo avanço do conhecimento e pela inovação tecnológica, o
16 Brasil segue na contramão, embora tenha bons exemplos a mirar.

17 Não se trata de copiar a fórmula da rede particular de ensino (que, aliás,
18 domina a lista do Enem, com 905 entre os mil estabelecimentos com notas mais
19 altas). Há boas escolas públicas no nível fundamental, conforme revelou o estudo
20 'Aprova Brasil – O direito de aprender'. [...]

21 De acordo com o estudo, os projetos pedagógicos com melhores resultados
22 são exatamente os que apelam para a simplicidade e a criatividade. Ou seja, a chave
23 do sucesso não está necessariamente relacionada à qualidade da infraestrutura nem
24 à disponibilidade de recursos. Algumas escolas montaram bem-sucedidos programas
25 de leituras sem terem biblioteca. [...] Mais importante ainda: embora os colégios
26 analisados estivessem situados em diferentes contextos socioeconômicos, tinham
27 algo em comum: professores empenhados e capacitados, estabilidade do corpo de
28 funcionários administrativos e forte apoio dos pais, principalmente na fiscalização da
29 frequência, no controle das lições de casa e até na confecção de lanches.

30 Portanto, é possível elevar a qualidade da educação pública a partir de
31 medidas simples e baratas – bastando, para isso, vontade política e orientação. Mas
32 não há mais tempo a perder.

<http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/04/29/e290424712.asp>

COM BASE NO TEXTO, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE COMPLETA CORRETAMENTE AS QUESTÕES DE 01 A 10.

01. O propósito comunicativo do texto é, sobretudo,

- (A) criticar a realização das avaliações do ENEM.
- (B) incitar o leitor a lutar em defesa da escola pública.
- (C) mostrar que a educação pública no Brasil pode melhorar.
- (D) descrever, com detalhes, o sistema de ensino na educação básica.

02. Os resultados do ENEM revelam que

- (A) as escolas da rede pública apresentam uma atuação medíocre.
- (B) a maioria dos estudantes do nível médio pertence às escolas estaduais.
- (C) o Brasil venceu o desafio da universalização no acesso ao ensino fundamental.
- (D) os estabelecimentos de ensino da rede particular têm um desempenho inexpressivo.

03. Há uma estratégia concessiva na seguinte passagem do texto:

- (A) “Das mil escolas com piores notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais” (linhas 3-4).
- (B) “Forçoso lembrar que 85% dos estudantes de nível médio estão matriculados em colégios estaduais” (linhas 5-6).
- (C) “os governantes deveriam agir sem demora, concedendo total prioridade à educação, a fim de evitar que mais uma geração de brasileiros se perca nos limites da iliteracia” (linhas 7-9).
- (D) “Embora tenha conseguido vencer o desafio da universalização no acesso ao ensino fundamental, no fim dos anos 90, o Brasil continua atrasado em relação à qualidade oferecida pela rede pública no ensino médio” (linhas 10-12).

04. Com base no contexto lingüístico, pode-se depreender que o vocábulo *iliteracia* (linha 9) significa

- (A) instrução.
- (B) qualidade de literário.
- (C) qualidade do que é literal.
- (D) condição ou estado de iletrado.

05. Entre os motivos que explicam o sucesso de certas escolas públicas de nível fundamental, são citados no texto o(a)

- (A) inovação tecnológica e programas de leituras.
- (B) apoio dos pais e a presença de professores capacitados.
- (C) disponibilidade de recursos e a fiscalização da frequência.
- (D) qualidade da infraestrutura e projetos pedagógicos criativos.

06. Nos enunciados “**Portanto**, é possível elevar a qualidade da educação pública a partir de medidas simples e baratas” (linhas 30-31) e “**Mas** não há mais tempo a perder” (linhas 31-32), as palavras destacadas em negrito expressam, respectivamente :

- (A) explicação e adição.
- (B) restrição e conclusão.
- (C) conclusão e oposição.
- (D) consequência e explicação.

07. Quanto às noções de sintaxe, é **correto** afirmar que

- (A) a oração “concedendo total prioridade à educação” (linha 8) expressa modo.
- (B) o pronome “que” em “que, aliás, domina a lista do Enem” (linhas 17-18) exerce a função de objeto.
- (C) “Das mil escolas com piores notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais” (linhas 3-4) é uma oração sem sujeito.
- (D) “Já se tornou tristemente comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos mais complexos” (linhas 12-14) é um período composto por coordenação.

08. Quanto aos fatos gramaticais da língua, pode-se afirmar que o(a)

- (A) mudança da posição do adjetivo em “bons exemplos a mirar” (linha 16) altera o sentido da expressão.
- (B) pronome “os”, em “são exatamente os que apelam para a simplicidade e a criatividade” (linha 22), refere-se a “resultados”.
- (C) vocábulo “aliás”, em “que, aliás, domina a lista do Enem” (linhas 17-18), poderia ser substituído, sem alteração de sentido, por “a propósito”.
- (D) conjunção “já” em “Já se tornou tristemente comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos mais complexos” (linhas 12-14), é empregada com valor alternativo.

09. A relação de idéias existente entre os enunciados

“Não se trata de copiar a fórmula da rede particular de ensino” (linha 17)

e “Há boas escolas públicas no nível fundamental” (linha 19),

poderia ser explicitada por meio do conectivo

- (A) “porém”.
- (B) “portanto”.
- (C) “enquanto”
- (D) “visto que”.

10. Observe o documento abaixo:

Maria Auxiliadora Sena da Silva, professora de Ciências deste estabelecimento de ensino, vem mui respeitosamente solicitar a V. S.^a os incentivos a que tem direito por ter concluído o Curso de Especialização em Biologia, no dia 16 de maio de 2009.

Trata-se do fragmento de um

- (A) aviso.
- (B) ofício.
- (C) memorando.
- (D) requerimento.

LEGISLAÇÃO

11. De acordo com a Lei N. 587 de 13 de junho de 2005, os Servidores Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal de Xinguara perceberão adicionais de insalubridade e de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral, calculados com base nos seguintes percentuais:

- (A) dez, vinte e quarenta por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de periculosidade, sobre o valor recebido a título de gratificações recebidas.
- (B) dez, vinte e trinta por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de periculosidade.
- (C) dez, vinte e quarenta por cento, no caso de periculosidade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de insalubridade.
- (D) dez, vinte e quarenta por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de periculosidade.

12. No recebimento da gratificação natalina pelo servidor municipal de Xinguara

- (A) a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.
- (B) a fração igual ou superior a 20 (vinte) dias será considerada como mês integral.
- (C) será considerada como base de cálculo as demais vantagens pecuniárias recebidas.
- (D) será paga até o dia 15 (quinze) do mês de dezembro de cada ano.

13. Por reversão entende-se:

- (A) a forma de provimento, em cargo mais compatível, pelo servidor que tenha sofrido limitação em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial.
- (B) a progressão funcional do servidor estável a uma posição que lhe assegure maior vencimento base, dentro da mesma categoria funcional, obedecidos os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.
- (C) o reingresso no serviço público do servidor em disponibilidade, em cargo de natureza e padrão correspondente ao que ocupava.
- (D) o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

14. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á

- (A) a pedido do servidor, ou de ofício.
- (B) a pedido do servidor requerente de abertura de processo administrativo disciplinar.
- (C) mediante solicitação da Secretaria onde o servidor estiver lotado.
- (D) somente por ofício do chefe imediato do servidor exonerado.

15. Vencimento é

- (A) o acúmulo das vantagens pecuniárias permanentes percebidas pelo servidor.
- (B) a retribuição pecuniária calculada a partir da quantidade de salários mínimos percebidos pelo servidor.
- (C) a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- (D) o salário mínimo mensal percebido pelo servidor.

16. As diárias percebidas pelo servidor municipal constituem

- (A) remuneração.
- (B) indenização.
- (C) salário.
- (D) gratificação adicional.

17. Ao servidor investido em função de direção, chefia ou assessoramento é devida uma gratificação, pelo seu exercício, de

- (A) até 50% (cinquenta por cento).
- (B) no mínimo 50% (cinquenta por cento).
- (C) até 30% (trinta por cento).
- (D) até 80% (oitenta por cento).

18. O valor da contribuição para a Previdência Social do servidor municipal, será sempre fixado por

- (A) decreto legislativo municipal.
- (B) lei municipal.
- (C) lei estadual.
- (D) lei federal.

19. A demissão do servidor é

- (A) o afastamento do cargo decorrente de prática de infração disciplinar, apurada em inquérito administrativo, assegurada ao acusado ampla defesa, em obediência ao princípio do contraditório.
- (B) a exoneração de cargo efetivo a pedido do servidor, ou de ofício.
- (C) o afastamento do cargo decorrente de prática de infração disciplinar, apurada em inquérito administrativo, assegurada ao acusado ampla defesa, em obediência ao princípio do contraditório somente nos casos requeridos de ofício pelo próprio servidor.
- (D) a dispensa do cargo de confiança para o qual foi designado decorrente de prática de infração disciplinar, apurada em inquérito administrativo, assegurada ao acusado ampla defesa, em obediência ao princípio do contraditório.

- 20.** A posse do servidor no cargo público ocorrerá no prazo de
- (A) 30 (trinta) dias contados da aprovação em concurso público.
 - (B) 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento.
 - (C) 30 (trinta) dias após o encerramento do estágio probatório.
 - (D) pelo menos 06 (seis) meses de declaração de vacância de algum cargo público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No que se refere à Legislação agro-industrial, a Lei Estadual nº 5.361, de 30/12/96 afirma no seu Artigo 9º que:

- (A) Somente consideram-se Florestas de Conservação e Uso Múltiplo aquelas que objetivam conciliar e compatibilizar os aspectos ambientais.
- (B) Consideram-se Florestas de Conservação e Uso Múltiplo aquelas que objetivam conciliar e compatibilizar os aspectos ambientais e econômicos.
- (C) Consideram-se Florestas de Conservação e Uso Múltiplo aquelas que objetivam conciliar e compatibilizar os aspectos sociais, econômicos e ambientais.
- (D) Consideram-se Florestas de Conservação e Uso Múltiplo aquelas que objetivam conciliar e compatibilizar os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais.

22. A agroecologia é definida como “A produção de alimentos de forma natural, sem a utilização de agrotóxicos e adubos químicos solúveis, tendo como base de sustentação os recursos naturais.” Nesse contexto:

- (A) A ciclagem de nutrientes é um recurso viável que deve ser considerado nas atividades agrosilvipastoris.
- (B) Os sistemas agroflorestais não servem como opção de uso racional ambiental por não promover a ciclagem de nutrientes.
- (C) O uso de agrotóxico e adubo químico é recomendável somente em casos de danos imprevistos causados na produção.
- (D) É importante observar que a ciclagem de nutrientes só acontece em espécies de ciclo longo.

23. Os princípios agroecológicos, no que se referem à produção de produtos considerados agroecológicos e a certificação dos mesmos, afirmam que:

- (A) os produtos podem ser certificados, mesmo que sua origem ecológica não seja garantida.
- (B) os produtos para serem considerados agroecológicos independem de serviço periódico de inspeção.
- (C) para certificação do produto agroecológico são indispensáveis existirem condições dignas de trabalho, salário, moradia, saúde e seguridade social para a comunidade estabelecida na área considerada de Atividade Agroecológica.
- (D) somente produtos orgânicos, gerados de recursos genéticos, podem ser identificados como produtos ecológicos.

24. A Legislação agro-industrial de acordo com a Lei Estadual nº 5.361, de 30/12/96 Artigo 10 estabelece que “Compõem as Florestas de Conservação e Uso Múltiplo”:

(A) I - as florestas naturais em estágio inicial e médio de regeneração;

II - os reflorestamentos puros e mistos de produção; e

III - os sistemas agroflorestais.

(B) I - as florestas naturais em estágio inicial de regeneração;

II - os reflorestamentos; e

III - os sistemas agroflorestais.

(C) I - as florestas naturais em estágio final de regeneração;

II - os reflorestamentos puros e mistos de produção; e

III - os sistemas agroflorestais.

(D) I - as florestas naturais em estágio final de regeneração;

II - os reflorestamentos; e

III - os sistemas agroflorestais.

25. O conceito de Desenvolvimento Sustentável definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pelas Nações Unidas, estabelece que:

(A) “Somente pode ser entendido como sustentável o desenvolvimento que contemple um cenário produtivo agrossilvipastoril”.

(B) “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de gerar uma produção atendendo necessidades atuais mesmo não estabelecendo critérios de conservação ambiental para produção futura.”

(C) “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações”.

(D) “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que cria o Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura (ILPS)”.

26. O entendimento do termo “desenvolvimento rural sustentável” estabelece um novo cenário para o processo produtivo:

(A) agrícola, independente da observação dos princípios conservacionistas, visando objetivamente o aumento de produção.

(B) agrossilvipastoril, no sentido de promover o desenvolvimento onde sejam observados aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais, de forma a buscar uma alternativa sólida para o crescimento do segmento rural.

(C) agroflorestal, visando à integração de ambientes naturais buscando prioritariamente sustentação econômica.

(D) pecuário, cumprindo a nobre missão de produzir alimentos e matérias primas para os outros setores da economia.

27. A Secretaria de Política Agrícola (SPA) assessora o ministro da Agricultura e o Governo Federal na formulação e orientação da política agrícola do país. Atualmente, a SPA tem a atuação focada em três grandes áreas:

- (A) a gestão do risco rural (zoneamento agrícola e seguro rural); a mobilização de recursos públicos e privados (para financiar o custeio da produção e os investimentos); e o apoio à comercialização.
- (B) a mobilização de recursos públicos e privados e o apoio à comercialização, buscando assegurar, ao mesmo tempo, renda estável ao produtor e suprimento ao consumidor final a preços competitivos.
- (C) O zoneamento agrícola, o seguro rural e a mobilização de recursos públicos e privados, para financiar o custeio da produção e os investimentos.
- (D) o apoio à comercialização, assegurando renda estável ao produtor e suprimento ao consumidor final a preços competitivos.

28. O fortalecimento da agricultura foi uma das principais metas do governo do Estado em 2008, nos 15 municípios que compõem a região Araguaia/Tocantins no sul do Pará. Neste contexto, o município de Xinguara se tornou autosuficiente, atendendo a demanda do próprio consumo, na produção de:

- (A) banana e mandioca.
- (B) milho.
- (C) milho e mandioca.
- (D) banana.

29. O controle químico e práticas culturais no controle do mal-do-panamá, doença da bananeira, até o momento não têm apresentado resultados esperados. Desse modo, utilização de cultivares resistentes tem sido a melhor estratégia de controle, mesmo assim, algumas medidas preventivas devem ser tomadas em razão da variabilidade fisiológica do patógeno. Dentre as medidas preventivas mais comprovadamente recomendadas estão:

- (A) Utilizar mudas sadias mesmo desconhecendo a origem delas; instalar bananais em locais sem registro da doença e onde a bananeira não tenha sido cultivada; fazer a correção do pH do solo e utilizar adubação balanceada com matéria orgânica, cálcio e magnésio.
- (B) Instalar bananais em locais sem registro da doença e onde a bananeira não tenha sido cultivada; fazer a correção do pH do solo e utilizar adubação balanceada com matéria orgânica.
- (C) Utilizar mudas sadias fornecidas por produtores credenciados; fazer a correção do pH do solo e utilizar adubação balanceada com formulação NPK e matéria orgânica.
- (D) Utilizar mudas sadias fornecidas por produtores credenciados; instalar bananais em locais sem registro da doença e onde a bananeira não tenha sido cultivada; fazer a correção do pH do solo e utilizar adubação balanceada com matéria orgânica, cálcio e magnésio.

30. O cultivo da bananeira no mesmo local, devido ao aparecimento do mal-do-Panamá e da Sigatoka-amarela, termina sendo substituído por pastagens. As variedades preferidas pelos consumidores, principalmente, do grupo prata e da maçã, que são as mais procuradas, não têm resistência às moléstias mencionadas, levando dessa forma a constante incorporação de novas áreas. Neste contexto, a Embrapa Amazônia Oriental está testando com produtores, no Sudeste Paraense, a(s) cultivar(es):

- (A) PV 03 76 (grupo prata), desenvolvida pela Embrapa Mandioca e Fruticultura.
- (B) Caipira (grupo maçã) e PV 03 76 (grupo prata), desenvolvidas pela Embrapa Mandioca e Fruticultura.
- (C) Caipira (grupo maçã) e Prata Zulu.
- (D) Pacovan e Prata Zulu.